

HISTÓRIA DO MARXISMO NO BRASIL



UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Reitor

MARCELO KNOBEL

Coordenadora Geral da Universidade

TERESA DIB ZAMBON ATVARIS



Conselho Editorial

Presidente

MÁRCIA ABREU

ANA CAROLINA DE MOURA DELFIM MACIEL – EUCLIDES DE MESQUITA NETO

MÁRCIO BARRETO – MARCOS STEFANI

MARIA INÊS PETRUCCI ROSA – OSVALDO NOVAIS DE OLIVEIRA JR.

RODRIGO LANNA FRANCO DA SILVEIRA – VERA NISAKA SOLFERINI

ORGANIZAÇÃO

Marcelo Ridenti
Daniel Aarão Reis

HISTÓRIA DO MARXISMO NO BRASIL

VOLUME 5

PARTIDOS E ORGANIZAÇÕES DOS ANOS 1920 AOS 1960

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO
SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNICAMP
DIRETORIA DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO

H629 *História do marxismo no Brasil* / organizadores: Marcelo Ridenti e Daniel Aarão Reis. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

Conteúdo: v. 5. Partidos e organizações dos anos 1920 aos 1960.

1. Comunismo – Brasil. 2. Partidos políticos – Brasil. I. Ridenti, Marcelo. II. Reis, Daniel Aarão. III. Título.

ISBN 978-85-268-0767-9

CDD 320.5320981
329.981

Índices para catálogo sistemático:

1. Comunismo – Brasil	320.5320981
2. Partidos políticos – Brasil	329.981

Copyright © by Organizadores
Copyright © 2007 by Editora da Unicamp

1ª edição, 2002
3ª reimpressão, 2021

Opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste livro são de responsabilidade do autor e não necessariamente refletem a visão da Editora da Unicamp.

Direitos reservados e protegidos pela lei 9.610 de 19.2.1998.
É proibida a reprodução total ou parcial sem autorização, por escrito, dos detentores dos direitos.

Impresso no Brasil.
Foi feito o depósito legal.

Direitos reservados a

Editora da Unicamp
Rua Sérgio Buarque de Holanda, 421 – 3º andar
Campus Unicamp
CEP 13083-859 – Campinas – SP – Brasil
Tel./Fax: (19) 3521-7718 / 7728
www.editoraunicamp.com.br – vendas@editora.unicamp.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

<i>Marcelo Ridenti e Daniel Aarão Reis</i>	7
1 – OS COMUNISTAS, A LUTA SOCIAL E O MARXISMO (1920-1940)	
<i>Marcos Del Roio</i>	11
2 – ENTRE REFORMA E REVOLUÇÃO: A TRAJETÓRIA DO PARTIDO COMUNISTA NO BRASIL ENTRE 1943 E 1964	
<i>Daniel Aarão Reis</i>	73
3 – OS TROTSKISTAS BRASILEIROS E SUAS ORGANIZAÇÕES POLÍTICAS (1930-1966)	
<i>Dainis Karepovs e José Castilho Marques Neto</i>	109
4 – O PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO E O MARXISMO (1947-1965)	
<i>Margarida Luiza de Matos Vieira</i>	167
5 – EM BUSCA DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA: A TRAJETÓRIA DA POLOP (1961-1967)	
<i>Marcelo Badaró Mattos</i>	197
6 – AÇÃO POPULAR: CRISTIANISMO E MARXISMO	
<i>Marcelo Ridenti</i>	227

APRESENTAÇÃO

Depois de abordar, nos quatro volumes anteriores, 1) o impacto das revoluções; 2) os influxos teóricos; 3) teorias, interpretações; e 4) visões do Brasil, nossa História do Marxismo no Brasil tratará, neste volume e no próximo, de partidos e organizações inspirados pelo marxismo. Já haviam sido cumpridos dois dos três eixos temáticos planejados coletivamente, em 1988, para o conjunto da obra: o impacto, no Brasil, das revoluções socialistas do século XX, bem como do pensamento de Marx, Engels e outros teóricos marxistas, e a interpretação marxista da sociedade brasileira. Iniciamos agora o terceiro eixo: as organizações políticas dos marxistas no Brasil.

Como ainda não se escreveu uma história de nossas esquerdas — nem sequer do Partido Comunista, sua expressão mais destacada na maior parte do século XX —, este não deixa de ser um esforço pioneiro no sentido de mobilizar esforços coletivos para esboçar uma narrativa concisa e sistematizada dessa história. Neste volume, serão tratadas as esquerdas marxistas dos anos 1920 aos 1960.

Os dois capítulos iniciais analisam a história do Partido Comunista (PCB), denominado Partido Comunista do Brasil em 1922, depois Partido Comunista Brasileiro, a partir de 1961. O primeiro capítulo, intitulado “Os comunistas, a luta social e o

marxismo (1920-1940)”, de autoria de Marcos Del Roio, aborda a origem, a consolidação e, finalmente, a quase destruição do partido durante o Estado Novo, em meio ao processo da chamada revolução burguesa no Brasil.

O segundo capítulo, “Entre reforma e revolução: a trajetória do Partido Comunista no Brasil entre 1943 e 1964”, de Daniel Aarão Reis, retoma a história do PCB, de seu renascimento das cinzas no início dos anos 1940, passando pela popularidade e legalidade momentâneas no pós-Segunda Guerra; os anos sombrios de clandestinidade no auge da Guerra Fria; o florescimento de uma nova política a partir de 1958, que daria ao partido uma influência ímpar na sociedade brasileira até o golpe de 1964, que impôs aos comunistas uma derrota de que jamais viriam a recuperar-se.

Dainis Karepovs e José Castilho Marques Neto escreveram o terceiro capítulo, dedicado à história dos principais críticos de esquerda do PCB até os anos 1960: “Os trotskistas brasileiros e suas organizações políticas (1930-1966)”. Eles mostram como os trotskistas, além de serem contraponto político ao PCB, contribuíram com interpretações inovadoras e fecundas sobre a luta de classes.

No quarto capítulo, “O Partido Socialista Brasileiro e o marxismo (1947-1965)”, Margarida Vieira trata da alternativa de esquerda democrática ao PCB. Era um partido legal, que não se declarava explicitamente marxista, embora tivesse claras influências do pensamento de Marx e contasse com setores que se consideravam marxistas. Era crítico tanto do capitalismo como do socialismo soviético, insistindo no lema “socialismo e liberdade”. As reflexões apresentadas nesse capítulo revelam o caráter historicamente semeador de alternativas socialistas e democráticas do PSB, que seriam retomadas por outros partidos e movimentos de esquerda no futuro.

“Em busca da revolução socialista: a trajetória da POLOP (1961-1967)” é o título do quinto capítulo, de Marcelo Badaró Mattos. Ele

demonstra que, embora a POLOP tivesse sido um grupo pequeno e de curta vida nos anos 1960, suas idéias sobre o caráter da sociedade e da revolução no Brasil alcançariam expressivo impacto político na história de organizações de esquerda posteriores, bem como no pensamento marxista brasileiro e latino-americano.

Finalmente, fecha o volume o capítulo sobre a “Ação Popular: cristianismo e marxismo”, de Marcelo Ridenti. A trajetória da AP — típica do romantismo revolucionário do período, segundo o autor — foi retomada desde suas raízes no cristianismo, no final dos anos 1950 e início dos 60, passando pela influência da revolução cubana, até a adesão ao marxismo-leninismo em 1968, a integração da maioria da organização ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB), em 1973, e a dissolução do que restara da AP no início da década de 1980. Como se vê, esse capítulo já adentra pelos anos 1970 e 1980, período que será objeto específico do próximo volume desta História do Marxismo no Brasil.

O leitor observará certas diferenças metodológicas e de abordagem em cada um dos capítulos; afinal, eles foram escritos por autores diferentes, com formação acadêmica e política também diferenciada. Mas eles são todos pesquisadores reconhecidos dos temas abordados, de modo que se pode encontrar nestas páginas um quadro sintético, significativo — e polêmico — da história das esquerdas marxistas brasileiras no período. Evidentemente, não se pretende estabelecer aqui uma suposta verdade científica indiscutível sobre os partidos e organizações estudados. Há outras possibilidades de contar essa história, que pode ser vista de diversos ângulos, sob variados pontos de vista, o que deve incentivar outros pesquisadores a retomá-la e aprofundá-la.

Ademais, reiteramos que os organizadores estão cientes das lacunas temáticas e de sistematização da obra, cujos objetivos centrais, entretanto, têm sido atingidos; no caso deste volume, a proposta de uma história concisa das esquerdas marxistas brasileiras até os anos 1960. Essa década será retomada no próximo volume,

que abordará: o PCB, do golpe de 1964 até seu desaparecimento; a (re)organização do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), de 1962 a nossos dias; as esquerdas armadas nos anos 1960-1970; os trotskistas a partir de 1966; os marxistas no Partido dos Trabalhadores, entre outros temas.

Marcelo Ridenti

Daniel Aarão Reis

Janeiro de 2002/ junho de 2007

OS COMUNISTAS, A LUTA SOCIAL E O MARXISMO (1920-1940)

*Marcos Del Roio**

1. Antecedentes

Os anos 20 demarcam a emergência da questão da revolução burguesa e da modernidade capitalista no Brasil. Os limites incontornáveis da acumulação do capital mercantil (capital originário), em meio ao aparecimento do mundo urbano fabril, indicavam o passo para a acumulação do capital fundada na produção industrial. O resultado foi a crise da dominação da oligarquia agrária e do Estado liberal que lhe servia de invólucro. Nesta circunstância, diante do agravamento das contradições sociais e da pressão das classes subalternas, setores oligárquicos deixaram de coonestar o ideário liberal clássico, que garantira a acumulação do capital na formação social brasileira, e passaram a aceitar a regulamentação, ainda que muito limitada, do mercado da força de trabalho urbana, por meio da promulgação de legislação específica.

Contudo, não é possível referir-se a uma hegemonia liberal-oligárquica no Brasil, tendo em vista que esta categoria, segundo a formulação de Gramsci, pressupõe a existência em processo de uma sociedade civil, ou seja, um conjunto articulado de aparelhos

* Professor de ciência política da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista (UNESP). Diretor do Instituto Astrojildo Pereira.

privados de produção cultural e ideológica que são sua fonte e expressão e cujo fundamento se encontra no processo de produção da vida material, consubstanciando um bloco histórico.¹ O liberalismo, no Brasil, constituía-se fundamentalmente no invólucro institucional da dominação oligárquica sobre massas agrárias em condições servis e estágio pré-político, tendo um impacto periférico na vida social urbana não diretamente relacionada ao ordenamento estatal. Assim, somente se pode referir aos temas da hegemonia e da gestação de um bloco histórico no Brasil a partir dos anos 20, quando da emergência do mundo urbano fabril, pois que só então se pode supor um grau de acumulação de capital que viabilize um processo produtivo articulado à esfera estatal e mediado por uma vida civil e cultural, que gire em torno de agrupamentos sociais e visões de mundo diferenciadas e contrapostas.

Mas a burguesia industrial, que se vinha diferenciando de sua matriz social — a oligarquia do complexo cafeeiro —, organizava, a partir do confronto social inerente ao mundo fabril, um projeto hegemônico que misturava elementos do velho liberalismo manchesteriano, impulsor da revolução industrial inglesa, com o americanismo fordista, que atualizava aquela visão num quadro de ampliação do controle da força de trabalho segundo os ditames do capital. Em pouco tempo, como elemento complementar constitutivo do fordismo, aqui, como alhures, optou-se pela organização taylorizada do processo produtivo, a ponta da modernidade naquele então.²

Como se sabe, a questão da democracia só passou a fazer parte do universo liberal ao deparar a ação do capital e a institucionalidade que preservava a normatividade do indivíduo mercantil com a atividade antagônica do mundo do trabalho fabril, o *outro* necessário da modernidade capitalista. A crise da dominação oligárquica no Brasil foi ensejada também pelo crescimento e diversificação das camadas médias urbanas, que reivindicaram sua inserção na ordem liberal por meio de algumas reformas institucionais. Almejou-se,

por algum tempo, sempre no decorrer dos anos 20, a ampliação do estatuto da cidadania na esfera da ordem liberal vigente, mas a burguesia, permanecendo infensa ao tema da democracia, ao mesmo tempo em que insistia no industrialismo e na defesa da ordem liberal, segundo a versão mais conservadora do positivismo, não conseguiu angariar para seu projeto as camadas médias urbanas ou as massas agrárias.

De todo modo, a oposição cultural ao predomínio do liberalismo clássico da oligarquia no Brasil, desde o último quartel do século XIX, configurou-se em torno do positivismo. No núcleo original do Ocidente e da modernidade capitalista, o positivismo (no sentido lato) surgiu como elemento estabilizador da ordem sociocultural do capital, ao mesmo tempo em que vislumbrava a progressão da dinâmica social, em direção a patamares mais elevados de domínio da natureza, sob a forma de acumulação do capital. A concentração de força hegemônica da alta cultura burguesa, da qual o positivismo (e também o neokantismo) é expressão, introjetou-se na cultura do movimento operário socialista de inspiração marxiana, reduzindo-o, assim, à subalternidade, dando vida ao reformismo social-democrata. Esta operação foi possível por meio do eclipse da dialética histórico-crítica que informava a reflexão de Marx.³

No caso brasileiro, a oposição ao liberalismo oligárquico por parte de emergentes camadas sociais urbanas (ligadas ou não à instituição militar) fez uso do positivismo como arma de luta contra a dominação oligárquica e formas de acumulação pré-capitalista, em nome da construção de uma nova ordem social que projetasse a modernidade. De uma certa forma, o papel desempenhado pelo liberalismo contra o absolutismo monárquico na Europa foi representado, no Brasil, pelo positivismo contra o liberalismo da oligarquia: tal foi o caso da participação no movimento republicano.

Com a reordenação da dominação oligárquica, em torno do poder econômico do complexo cafeeiro e da forma estatal liberal-republicana, o positivismo cindiu-se entre uma opção marcadamente

conservadora, defendendo o progresso na ordem liberal, e uma outra, que continuava questionando a dominação da oligarquia agrária, apregoando o progresso para uma nova ordem.⁴ O liberalismo abriu-se apenas esporadicamente para as classes subalternas, em momentos de fraturas no bloco de poder e, mesmo assim, até a recomposição seguinte, como foi o caso exemplar da reflexão de Joaquim Nabuco.⁵

As sementes do movimento operário foram plantadas no mesmo processo de crise e reordenação da dominação oligárquica representado no movimento republicano e que deu margem à intervenção, na vida política, das camadas médias urbanas e de intelectuais afeitos ao positivismo. As primeiras tentativas de organização operária, além do positivismo já presente na cultura política de oposição ao regime liberal-monárquico, sofreram o influxo do movimento socialista europeu e americano, em fase de grande expansão desde a década de 1880. A II Internacional (assim como a projetada República Positivista Brasileira) fora fundada em 1889 e logo se tornaria oficialmente “marxista”, após a exclusão dos anarquistas, em 1896.

Este fato, subsequente ao mais decisivo evento, o da morte de Engels, facilitou a incidência do neokantismo e do positivismo no movimento socialista, que iria redundar no reformismo. Foi precisamente essa a leitura de Marx que, por meio de muitos filtros culturais, viria a transportar-se para o Brasil e, aqui, somar-se ao já existente caudal do positivismo. De tal modo, o ideário socialista no Brasil se compôs, desde as origens, de acordo com uma orientação reformista e, portanto, subalterna, derivado da visão evolucionista do positivismo, numa forma social na qual a modernidade capitalista e a classe operária industrial eram apenas um vislumbre.

O nome e a obra de Karl Marx eram, no Brasil e na América meridional em geral, comprovando o desconhecimento vigente, justapostos aos de Comte, Spencer, Haeckel e Darwin, quanto ao

método científico, e de Lassalle, Ferri, Turati, Malon, em relação ao ideário socialista. Com este substrato cultural, o movimento socialista brasileiro não poderia ter significado mais que um desdobramento à esquerda do republicanismo positivista. Nas condições concretas da forma social brasileira daquele momento, por socialismo entendia-se a conquista de condições civis essenciais para o mundo do trabalho urbano, que apenas começava a se conformar.

Assim, o pequeno e disperso grupo de militantes socialistas (entre os quais vale destacar Silvério Fontes, Luiz de França e Silva, Gustavo de Lacerda e Antonio Piccarollo) viu-se limitado à difusão das toscas idéias socialistas, conectadas a um positivismo de esquerda. O sempre almejado partido operário socialista nunca passou de uma miragem, que sempre se desvanecia a cada tentativa de organização.⁶ A verdade é que, nas condições de acumulação originária do capital então vigentes, não era possível articular senão um esboço de sociedade civil, condição outra, além da existência concreta de uma massa razoável de trabalhadores subsumidos no movimento do capital, para que se formassem um partido operário e um projeto de hegemonia. O socialismo brasileiro viu-se então limitado pelas condições objetivas tanto quanto pelo seu referencial cultural, mas não deixou de ser coetâneo ao reformismo vigente na II Internacional.⁷

Nas condições de incipiência do movimento operário no Brasil, de agregação mutualista e de resistência e em sindicatos de corporação profissional, movidos por princípios éticos da valorização do trabalho livre e propensos a surtos de revolta orientados pelo voluntarismo, os esforços dos anarquistas tinham melhores chances de êxito no angariamento de trabalhadores para a luta social. Dedicados à agitação e à propaganda, contabilizaram algum resultado em 1906-1907, quando a força de contratação do movimento operário viu-se acrescida pela crise cíclica do capital mercantil que, para evitar a desvalorização, investiu em outros

setores produtivos (indústria, construção civil e transportes). A fundação da Confederação Operária Brasileira (COB), em 20 de abril de 1906, ocorreu em meio a uma conjuntura de ascensão do movimento grevista, em São Paulo e no Rio de Janeiro, que se espalhou por diversas categorias e obteve alguns ganhos (pelo menos no que tange às pequenas empresas). Quando da realização do II Congresso da COB, em 1913, num outro momento de relativa ascensão, o predomínio do anarquismo no movimento operário estava consolidado.

O ápice da luta operária, sob orientação anarcossindicalista, contra o Estado liberal, ocorreu numa grande ofensiva entre março de 1917 e março de 1920. O movimento por melhores salários, iniciado na zona leste de São Paulo, entre operários têxteis, obteve imediato apoio dos comerciários, assim como de outras categorias (metalúrgicos, pintores, gráficos, construção civil, alimentos, sapateiros, transportes...) e em outras cidades (Sorocaba, Piracicaba, Campinas, Rio Claro, Jundiaí), tendo-se constituído um Comitê de Defesa Proletária para coordenar as atividades do movimento.

A solidariedade disseminou-se inicialmente no Rio de Janeiro, por convocação da Federação Operária do Rio de Janeiro (FORJ), e depois em Minas Gerais, Paraná, Pará e Pernambuco, chegando a envolver cerca de 75 mil trabalhadores, ou quase 30% da força de trabalho ocupada em manufaturas e oficinas. Com casos de soldados que se recusavam a reprimir os operários, o Estado e a burguesia sentiram-se obrigados a fazer concessões que, em última instância, implicariam a intervenção no mercado de trabalho e a promulgação de leis sociais, como a lei sobre trabalho de mulheres e menores, aprovada no Congresso Nacional ainda em dezembro de 1917.

O ingresso *pro forma* do Brasil na guerra, em nome da “defesa da Pátria”, ensejou uma grande onda repressiva contra o movimento operário. No entanto, no segundo semestre de 1918, desta feita no Rio, o movimento retomou fôlego e estimulou um grupo

de anarquistas, entusiasmados com os acontecimentos revolucionários na Europa, a preparar, para novembro, uma insurreição, abortada pela polícia. Em 1919, o movimento obteve uma difusão geográfica maior, espalhando-se por diversos estados, tendo por base a reivindicação de fazer cumprir a lei de dezembro de 1917. Ao mesmo tempo em que se promove a deportação sistemática de líderes anarquistas de nacionalidade não brasileira, na Câmara dos Deputados organiza-se uma comissão de estudos sobre a legislação social, acusando já a pressão da Organização Internacional do Trabalho, em fase de constituição.

A derrota de nova greve dos têxteis de São Paulo e dos ferroviários da Leopoldina, no Rio, deflagrada em março de 1920, demarca o início de prolongado declínio da luta social centrada na classe operária, assim como de uma crise ideológica de grandes proporções, cujas raízes se encontram no apogeu do movimento. Na verdade, a classe operária viu-se chamada a enfrentar as novas questões colocadas pela nascente modernidade capitalista, para as quais a cultura anarquista, enredada em suas contradições, não encontrava respostas.

De certa forma, por seu exacerbado individualismo e pela recusa da política, o anarquismo representa o liberalismo dos não-proprietários, o reverso da medalha. Ademais, a ingênua visão de “natureza humana” dos anarquistas supunha que, uma vez abolidos o Estado (governo dos proprietários, exército, polícia, juízes etc.) e a Igreja e, por conseguinte, a ética egoística da burguesia, todos os frutos do conhecimento e da alta cultura estariam à disposição da humanidade, redimida numa mítica ordem social natural. A identificação com a Ciência, o Progresso e a Civilização, ou seja, com a perspectiva histórica da alta cultura burguesa, denuncia a proximidade dos anarquistas com o positivismo dos socialistas como pano de fundo cultural.⁸

Se, por um lado, os social-reformistas se rendiam ao movimento objetivo da história, os anarquistas exacerbavam a vontade e a

questão social em detrimento do movimento contraditório do real. Na prática, tanto uma como outra tendência não podiam mais que mirar alguns ganhos dentro da ordem liberal, sob forma de leis de regulamentação da exploração da força de trabalho, sem que a situação de subalternidade do movimento operário pudesse ser contestada. O ímpeto da luta operária, conduzida pela liderança anarquista, ao conseguir a discussão e a promulgação das primeiras leis sociais, paradoxalmente, criou as condições para o fortalecimento da perspectiva reformista à sombra do Estado liberal no limite de suas forças.

Enquanto reprimia as tendências anarquistas e comunistas (lutando para diferenciar-se uma da outra), o Estado liberal em crise estimulava os reformistas, a fim de ampliar sua corroída base de sustentação social e enfrentar a contestação da juventude militar. Necessariamente, uma nova fase deveria ter início para o movimento operário, diante das condições da nascente modernidade capitalista. E esta também possibilitaria uma nova e real oportunidade para que o marxismo surgisse no Brasil, acoplado à luta social.

2. *Fundação do PCB*

O impacto universal da revolução popular socialista desencadeada no Oriente russo, sem nenhuma dúvida, potencializou a movimentação operária também no Brasil, assim como deu um novo impulso para a difusão planetária de um marxismo profundamente renovado. A revolução revelou novas formas de poder operário-popular, tendo o *soviet* como fundamento da democracia socialista. O mais importante, no entanto, é que proporcionou a *cisão* teórico-prática entre o marxismo em processo de refundação (perceptível na obra principalmente de Lênin e Rosa Luxemburgo) e o reformismo social-democrata de cunho positivista e/ou neokantista.

A refundação do marxismo implicava o resgate da dialética e da práxis socialista, que, em outros termos, significou uma retomada da autonomia político-cultural do movimento operário e do antagonismo social à ordem do capital. Foi, assim, recolocada na agenda a questão da revolução e da hegemonia, possível devido ao ressurgimento de uma intelectualidade revolucionária, particularmente em algumas áreas de choque entre o capital financeiro imperialista e formas sociais pré-capitalistas em desagregação. A materialização da refundação da crítica socialista marxista da ordem do capital culminou na organização da Internacional Comunista (IC), fundada em março de 1919.⁹

A chamada questão russa teve, no Brasil e em outros lugares, o condão de, pelo seu exemplo, ampliar a combatividade do movimento operário em luta contra o Estado liberal-oligárquico, permitindo que a liderança anarcossindicalista extraísse o máximo da vontade subjetiva de luta que as condições permitiam. Mas foi também essa mesma questão russa que serviu de fio condutor do processo de crise e cisão político-cultural instalado na cultura operária desde 1919 e que iria cristalizar-se somente após os inconcludentes resultados do III Congresso da COB, de abril de 1920, o qual chegou a aprovar moção de saudação à IC, vista a impossibilidade de pedir a desejada filiação. De qualquer maneira, percebia-se já o influxo, através das confusas notícias sobre a revolução, do marxismo de versão leniniana sobre as mais destacadas lideranças do movimento operário brasileiro, ainda que, de concreto, pouco se soubesse.

O mais decisivo elemento, no entanto, sem o qual não se podem explicar as origens do marxismo no Brasil e o pensamento crítico continuaria sem substrato material, é a emergência da modernidade capitalista em decorrência da crise da acumulação do capital mercantil. A partir de então, colocava-se a questão da revolução burguesa na formação social brasileira, implicando o desenvolvimento das forças produtivas do capital, por meio da

generalização do sistema fabril. No interior deste processo, às forças sociais em conflito apresenta-se a questão da hegemonia, ou seja, de qual força social terá condições de constituir um arco de alianças capaz de dar origem a um bloco histórico consubstanciador da modernidade.

Neste quadro, sob o influxo da revolução socialista e da IC, o marxismo surge como força cultural ideal capaz de possibilitar a autonomia da classe operária no processo de desagregação da dominação oligárquica, perscrutando sua própria visão da revolução. Para que isso se tornasse movimento real, ao influxo teórico era necessário que se seguissem a assimilação da teoria às condições concretas e, em seguida, a autonomização cultural do marxismo, sem o que não seria possível a inserção nacional popular de um partido de massas capaz de propor uma particular passagem à modernidade.

Os ecos do marxismo refundado, porém, chegaram ao Brasil bastante enfraquecidos e encontrando um ambiente sociocultural pouco fértil. O resgate da dialética, essência da refundação do marxismo, não conseguiu muito sucesso, mesmo no núcleo moderno do Ocidente (Inglaterra, EUA e França), tendo encontrado sérias dificuldades de se sobrepor à cultura política predominante no movimento operário destes países. Era, então, precisamente a França a servir de filtro cultural para tudo que significasse o novo para o Brasil, além, é certo, das traduções e da imprensa operária de Itália, Espanha e Portugal, de expressão periférica.

Além do mais, desde março de 1921, a revolução socialista viu-se, enfim, derrotada na Europa e isolada nas terras do antigo império czarista, exigindo uma complexa mudança na orientação da luta, que, transpondo a questão da cisão, propugnasse uma frente única para deter o contra-ataque do capital e reorganizasse as forças para um novo avanço que, necessariamente, se faria em condições diversas daquelas de 1917, conforme análise do III Congresso da IC. A fundação do Partido Comunista do Brasil (PCB) ocorreu precisamente nesse momento de refluxo do movimento operário